

## **EPISTEMICÍDIO INDÍGENA E A VERDADE UNIVERSAL: ROMPENDO ESTRUTURAS COLONIAIS DO SABER**

Sayonara Hallin Martins Andrade<sup>1</sup>  
Flávia de Ávila<sup>2</sup>  
Pedro Henrique Moreira Rocha<sup>3</sup>

### **INTRODUÇÃO**

A decolonialidade é o movimento que busca romper com a atual conformação do sistema-mundo a partir do desengajamento epistêmico, político e econômico frente ao eurocentrismo consolidado com a colonialidade. Nesse sentido, é importante destacar que a desarticulação das estruturas físicas de controle colonial nos países do Sul global, na modernidade, não resultou no fim da dominação em tais localidades. A modernidade e a colonialidade são duas faces do mesmo movimento.

Um dos sustentáculos da colonialidade/modernidade é o discurso da verdade universal, neutra e racional, que legitima o monopólio do conhecimento eurocêntrico em que todas as outras possibilidades de saberes são entendidas como primitivas, folclore, e não conhecimento/teoria, porque estes últimos só podem ser produzidos sob categorias eurocêntricas do saber.

Assim, os colonizadores europeus dizimaram, desde 1492, cerca de 70 milhões de indígenas (Filho, 2019) e o discurso de inferioridade dos povos ameríndios foi um dos principais argumentos para justificar o genocídio e o epistemicídio dessa população. Nesse sentido, a partir de investigação documental e revisão bibliográfica, discutimos os saberes dos povos ameríndios como primordiais para analisar a verdade universal moderna como um discurso hegemônico. Concluímos, assim, que o resgate da cultura popular, enquanto cultura indígena, compõe a noção de que as memórias silenciadas pela colonialidade/modernidade

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe (PRODIR/UFS) e bolsista acadêmica pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: sayonaramartins29@gmail.com;

<sup>2</sup> Doutora em Direito Público pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, professora do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe e do PRODIR/UFS. E-mail: flaviadeavila@gmail.com;

<sup>3</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe (PRODIR/UFS) e bolsista acadêmico pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: pedrohenriquemoreirar@gmail.com.

ressurgem das fissuras da verdade eurocêntrica e articulam-se para alcançar uma verdadeira libertação.

## **METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)**

A metodologia utilizada no trabalho foi a investigação documental e revisão bibliográfica, em especial com o marco teórico da decolonialidade a partir das noções epistemicídio, de Grosfoguel (2009; 2016), e discurso, de Pinto e Mignolo (2015). Foi estabelecido um raciocínio dedutivo, de natureza exploratória.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A continuidade da colonialidade na modernidade é entendida por Aníbal Quijano a partir da noção de “colonialidade do poder”. Esta última vincula-se à concentração de capital, do trabalho assalariado, do mercado de capital etc., à nova perspectiva sobre o tempo e à história imposta pela modernidade, que implica, necessariamente, na dessacralização das hierarquias e autoridades de modo que a individualização das pessoas só adquire sentido nesse contexto (Quijano, 2005, p. 114).

Grosfoguel (2009, p. 56) elucida que a colonialidade do poder se refere a “situações coloniais”, que são a opressão/exploração cultural, política, sexual e econômica de grupos étnicos/racializados subordinados por grupos étnico/raciais dominantes, com ou sem a presença da administração colonial (Grosfoguel, 2009, p. 56).

Dessa forma, partimos da compreensão que a atual conformação moderna se relaciona intimamente com a colonialidade tendo em vista que, em que pese a desarticulação das estruturas de controle da administração colonial, a dominação econômica, política e cultura eurocêntrica do Norte global continua a prosperar no Sul global.

Nesse contexto, a modernidade é um projeto local que visa dominar o mundo de forma epistêmica, econômica e política (Pinto; Mignolo, 2015, p. 385). Tal dominação é sustentada, também, a partir do privilégio epistêmico que garante aos homens ocidentais o direito de definir *o que é verdade, o que é a realidade e o que é melhor para os demais* de modo a legitimar o monopólio do conhecimento que gera estruturas e instituições que produzem o racismo/sexismo epistêmico e desqualifica outros conhecimentos e vozes críticas aos projetos imperiais/coloniais/patriarcais (Grosfoguel, 2016, p. 25) (grifos nossos).

Concordando com tal argumentação, Pinto e Mignolo (2015, p. 387) entendem que a modernidade esconde a discursividade, localidade e dominação epistêmica, econômica e política do mundo em seu subtexto. Enquanto discurso, a modernidade se sustenta ao ocultar esse caráter. Para compreender a modernidade enquanto discurso hegemônico é necessário compreender os sustentáculos do mito da verdade universal eurocêntrica.

A ideia de verdade universal, objetiva e imparcial da colonialidade/modernidade foi construída a partir do epistemicídio, dentre outros, de povos ameríndios. Grosfoguel (2016, p. 30) entende que a filosofia cartesiana exerce grande influência nos projetos ocidentalizados de produção de conhecimento porque inaugurou o mito de que o “Eu” produz conhecimento de um “não lugar” que é neutro, objetivo e imparcial. Assim, todo conhecimento que não segue a lógica cartesiana é tendencioso, inválido e inferior.

Conforme elucida Geni Núñez (2021), para o povo indígena guarani, todos os seres têm espírito e são parentes uns dos outros. Na cosmovisão de mundo guarani, os deuses vivem conosco, no vento, nos rios e nas águas de modo que o “não lugar” cartesiano é impensável já que o corpo e espírito, não separados, ocupam espaço no mundo.

A “conquista” das Américas, no século XVI, ocorreu em um contexto de surgimento de novos discursos e formas de dominação já que, naquele cenário, advinha a criação do sistema-mundo eurocentrado. Ramón Grosfoguel (2016, p. 35) aponta para a transformação, no século XVI, das antigas formas de classificação social imperialista existentes desde os séculos III e IV. Os métodos de dominação e evangelização empregados em Al-Andalus foram transportados para as Américas, no século XVI, com a criação de um novo imaginário e nova hierarquia social. O genocídio e o epistemicídio compõem a tática de apagamento dos saberes e imaginários de outras formas de vida.

A religião, a raça e o império estavam imbricados em um contexto que sempre apontava para a superioridade de determinada raça, determinada religião e a possibilidade de existência de um único império: o europeu ocidental. Apesar do período que antecede o século XVI registrar outros casos de expansão colonial, Pinto e Mignolo (2015, p. 388) entendem que nenhum outro chegou ao ponto de articular um discurso tão universalista e totalitário quanto os europeus ocidentais a partir do Renascimento.

A filosofia e as ciências ocidentais, inseridas no cenário narrado acima e a partir da noção de que o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero do sujeito que enuncia o discurso encontra-se desvinculado do próprio sujeito na epistemologia, criaram o mito do conhecimento universal (Grosfoguel, 2009, p. 46).

O mito do conhecimento universal, anunciado por um sujeito que ocupa um não-lugar, foi e é utilizado como justificativa para eliminar todos os saberes que partem de noções para além da racionalidade estrita. Sem o lugar do sujeito da enunciação e com o mito da universalidade, a dominação colonial europeia/euro-americana construiu por todo o globo a noção de conhecimento superiores e inferiores e, conseqüentemente, povos superiores e inferiores (Grosfoguel, 2009, p. 47). Contudo, esse “não lugar” é um subtexto que esconde um lugar bem delimitado: a Europa ocidental. O conhecimento dito imparcial e universal é, na verdade, totalmente parcial e local.

Partimos sempre de algum lugar e esse lugar sempre está situado nas estruturas de poder do sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno. É por esse motivo que relacionar o sujeito que fala ao seu lócus geopolítico e corpo-político é, também, contribuir para a destruição da noção universalizante de mundo e alcançar, assim, múltiplas possibilidades de existência.

Para Kum Tum Akroá Gamela, a colonização é, essencialmente, a negação do outro e vai desde a negação subjetiva até a eliminação física (Milanez *et al*, 2019, 2172):

e aí eu tenho pensado assim: essa questão do genocídio começa quando os europeus chegaram aqui e disseram: “Não são nada, nem são gente, nem são humanos, que não têm fé, porque não tem lei, porque não tem rei. Então são o que? São nada”. Daí pra cortar a cabeça ou partir ao meio com um facão ou atravessar com uma bala não faz muita diferença, porque a morte já foi decretada, foi executada antes. Nós, indígenas, temos que conviver todo dia tendo que provar a existência, a vida, mas já com a morte decretada. É um negócio meio maluco a gente provar que está vivo, quando outros que estão no lugar do poder disseram que você não existe mais.

A negação dessa existência é a negação de toda a possibilidade de mundo a partir da ótica indígena. Modificar a estrutura universalizante de mundo é ir além da modernidade eurocêntrica, é descolonizar o conhecimento. “Não é por outra razão que o primeiro e mais fundamental passo proposto pela opção decolonial é justamente o desligamento ou desengajamento epistêmico” (Pinto; Mignolo, 2015, p. 386).

Nesse contexto, segundo Grosfoguel (2016, p. 44), toda a tradição cultural ou epistêmica foi afetada pela modernidade eurocêntrica e muitos aspectos do eurocentrismo foram engessados por essas epistemologias. Contudo, o referido autor entende que existem perspectivas epistêmicas não ocidentais que guardam uma exterioridade relativa da modernidade eurocêntrica. A partir dessa ideia de relativa exterioridade, compreendemos a decolonialidade como um esforço radical de desligamento e superação das estruturas de poder do sistema-mundo em que, a partir dos saberes dos povos originários, é possível rearticular

antigas cosmologias, artes, ciências, saberes e formas de intercâmbio não Commoditizadas (Pinto; Mignolo, 2015, p. 395).

Nesse limiar, para Geni Núñez (2021), o colonialismo impôs um “sistema de monoculturas” em que a não concomitância é o ponto principal para compreender uma lógica em que somente um deus é legítimo, um amor é verdadeiro e uma sexualidade pode ser aflorada. “Esse modo unívoco de existir só consegue se positivar na negação de outros seres, operando através de uma lógica parasitária” (Núñez, 2021, p. 2).

Para a autora, a busca pela verdade absoluta é sintoma do colonialismo. Para romper com a monocultura de pensamento eurocêntrico e valorizar antigas cosmologias é necessário valer-se de outros critérios em que perguntas como “essa narrativa de mundo promove saúde?” e “essa cosmologia inspira coletividade e partilha ou mérito e superioridade?” são utilizadas para reflorescer nossa existência (Núñez, 2021, p. 4-5).

Entendemos que tal articulação está relacionada com a ideia de “filosofia da libertação” de Enrique Dussel (2016). Para o citado autor, a filosofia da libertação parte da reexistência da cultura popular, que é a cultura dos oprimidos e dos desprezados pelo sistema dominante. Por meio das fissuras culturais internas da modernidade, reagem aqueles que são o lado subalterno da diferença colonial (Grosfoguel, 2009).

Nesse sentido, a preservação e destaque às culturas indígenas é a formulação de uma cultura popular de resistência epistêmica para descolonizar a perspectiva de conhecimento que se apresenta como universalista e eurocêntrica. Os diversos saberes e conhecimentos ameríndios, em que a cosmologia, afetos, sabedoria com os diversos seres das águas, das matas e do céu são protagonistas, devem compor a pluralidade de mundo tendo em vista que o pluri-verso, ao invés do uni-verso, é um dos objetivos da decolonialidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente resumo expandido objetivou analisar o discurso hegemônico moderno acerca da verdade e como esse discurso foi construído a partir, também, do epistemicídio de povos originários ou aborígenes da América Latina. Nesse sentido, discutimos como o século XVI é considerado como o marco inicial de um projeto de dominação e exploração do Norte sobre o Sul global.

Dessa forma, após a análise do referencial teórico suscitado, concluímos que a cultura indígena é compreendida como cultura popular e o resgate dessa cultura compõe parte do

quadro da resistência epistêmica decolonial. A partir das fissuras da verdade eurocêntrica cunhada pela modernidade/colonialidade, emergem as vozes e memórias silenciadas. Por fim, destacamos que mais estudos sobre o tema estão em desenvolvimento tendo em vista a complexidade da questão e necessidade de compreender, com maior profundidade, as propostas decoloniais de mundo.

**Palavras Chaves:** Decolonialidade; Epistemicídio indígena; Pluri-verso.

## REFERÊNCIAS

FILHO, Paulo Cannabrava. Maior genocídio da Humanidade foi feito por europeus nas Américas: 70 milhões morreram. **Diálogos do Sul Global**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/maior-genocidio-da-humanidade-foi-feito-por-europeus-nas-americas-70-milhoes-morreram/>. Acesso em: 03 jun. 2025.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Periferia**, v. 1, n. 2, jul.-dez., p. 41-91, 2009 [publicado em 2012]. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/periferia.2009.3428>. Acesso em: 21 maio 2025.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios ao longo do século XVI. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 25-49, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6078>. Acesso em: 13 maio 2025.

MILANEZ, F. et al. Existência e diferença: o racismo contra os povos. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 2161–2181, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/43886>. Acesso em: 8 jun. 2025.

NÚÑEZ, Geni. Monoculturas do pensamento e a importância do reflorestamento do imaginário. **ClimaCom – Diante dos Negacionismos**, Campinas, ano 8, n. 21, p. 1-8, 2021. Disponível em: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/monoculturas-do-pensamento/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

PINTO, Júlio Roberto de Souza; MIGNOLO, Walter D. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 3, jul.-set., p. 381–402, 2015 [publicado em 2016]. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.3.20580>. Acesso em: 24 maio 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 117-142. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci%C3%A7ncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.



